

## APÊNDICE B - LINKS DO APORTE LEGAL E NORMATIVO GERAL

LEGISLAÇÕES COMUNS AOS CURSOS		
(BACARELADO, LICENCIATURA E TECNOLÓGOS)		
1.	Resolução nº 109 - CEE/MA, de 17 de maio de 2018. Estabelece normas para a Educação Superior	
	no Sistema Estadual de Ensino do Maranhão e dá outras providências.	
2.	Decreto Estadual nº 15.581, de 30 de maio de 1997. Aprova o Estatuto da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.	
3.	Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2021-2025)	
4.	Resolução nº 1477, de 06 de outubro de 2021. Estabelece o Regimento dos Cursos de Graduação	
	da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.	
5.	Portaria Normativa n° 73, de 18 de novembro de 2021. Estabelece as Diretrizes para elaboração, atualização e tramitação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UEMA.	
6.	Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura/Secretaria de	
	Educação Superior/2010.	
7.	Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010 - Núcleos Docente Estruturante (NDE).	
8.	Resolução nº 1023 - CONSUN/UEMA, de 21 de março de 2019. Regulamenta o Núcleo Docente	
	Estruturante – NDE no âmbito dos cursos de graduação da Universidade Estadual do Maranhão.	
9.	<u>Diretrizes Curriculares Nacionais – Cursos de Graduação.</u>	
10.	Indicadores de Avaliação de cursos de graduação - INEP.	
11.	Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	
12.	Lei nº 13.146, de julho de 2015. Instituia Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoacom Deficiência).	
13.	Resolução nº 886-CONSUN/UEMA, de 11 de dezembro de 2014. Cria o Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual do Maranhão.	
14.	Resolução nº 891, de 31 de março de 2015. Aprova o Regimento do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA e dá outras providências.	
15.	Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a	
	promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.	
16.	Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção	
	da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências	
17.	Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de2012,	
	que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.	
18.	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino deHistória	
10.	e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da <u>Lei nº 9.394/96</u> , com a redação dada pelas Leis <u>nº 10.639/2003</u> e <u>nº 11.645/2008</u> , e da <u>Resolução CNE/CP nº 1/2004</u> , fundamentada no <u>Parecer CNE/CP nº 3/2004</u> .	
19.	Resolução nº 1 - CNE/CP, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme Parecer CNE/CP Nº 8/2012	
20.	Resolução nº 2 - CNE/CP, de 15 de junho de 2012. Estabelece as DiretrizesCurriculares Nacionais para a Educação Ambiental.	
21.	Decreto nº 4281 de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências	
22.	Resolução nº 63, de 07 de abril de 2019. Estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação	
22.	Ambiental no Sistema de Ensino do Estado do Maranhão.	
23.	Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. — Dispões sobre Estágio de estudantes.	
24.	Resolução nº 1245/2017 -CEPE/UEMA - Regulamento do Estágio Curricular Obrigatório do Curso de	
2.5	Medicina. (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DE MEDICINA)	
25.	Resolução nº 1392, de 25 de setembro de 2019 – Estabelece o Núcleo Comum de Disciplinas e sua	



## APÊNDICE B - LINKS DO APORTE LEGAL E NORMATIVO GERAL

	estruturação e as atribuições do Comitê Gestor da UEMA.	
26.	Resolução nº 1152/2015-CEPE/UEMA - Mobilidade Acadêmica.	
27.	Resolução nº 875/2014 -CONSUN/UEMA - Procedimento para a Criação de Cursos na UEMA	
28.	Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação	
20.	Superior Brasileira	
29.	Resolução nº 166 de 01 de outubro de 2020. Estabelece orientações complementares à implementação	
	das Diretrizes para Extensão Universitária nas instituições de ensino superior pertencentes ao Sistema	
	Estadual de Ensino do Maranhão	
30.	Resolução nº 1.233/2016-CEPE/UEMA - Regulamenta os horários nos Cursos de Graduação da	
	UEMA.	
31.	Resolução nº 875/2014 -CONSUN/UEMA - Procedimento para a Criação de Cursos na UEMA	
32	Resolução nº 1416 - CEPE/UEMA, de 03 de junho de 2020. Cria normas para oferta de disciplinasna	
	modalidade a distância, no âmbito dos cursos de graduação presenciais da UEMA.	
RESOLUÇÕES ESPECÍFICAS PARA OS CURSOS DE LICENCIATURA		
33.	Resolução nº 2 - CNE/CP, de 1º de julho de 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação	
	Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica.	
34.	Resolução nº 1264, de 6 de junho de 2017-CEPE/UEMA. Cria e aprova as Diretrizes Curriculares	
	para os cursos de Licenciatura da UEMA.	
35.	Resolução nº 1 – CNE/CP, de 7 de janeiro de 2015. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a	
	Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras	
providências.		
RESOLUÇÕES ESPECÍFICAS PARA OS CURSOS DE BACHARELADO		
36.	Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração des procedes de carda de card	
	integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.	
RESOLUÇÕES ESPECÍFICAS PARA OS CURSOS TECNÓLOGOS  37. Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia MEC 2016.		
38.	Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia MEC 2016.  Parecer CNE/CNE nº 239/2008 - Carga horária das Atividades Complementares dos Cursos	
30.	Superiores de Tecnologia.	
39.	Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais	
39.	Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.	
40.	Resolução CNE/CP nº 3/2002 - Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Superiores de	
Τυ.	Tecnologia.	
RESOLUÇÕES ESPECÍFICAS PARA CURSOS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA		
41.	Resolução nº 119, de 11 de julho de 2019 do Conselho Estadual de Educação - Estabelece normas	
	para a oferta de Educação a Distância – EaD, em instituições educacionais no âmbito do SistemaEstadual	
	de Ensino do Maranhão e dá outras providências.	
42.	Portaria n° 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de	
	Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de	
	Educação Superior – IES, pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.	